

PARTICIPAÇÃO

Gestão democrática marca mudanças na Amagis Saúde

Bruno Gontijo



Magistrados de várias comarcas participaram da assembleia, que foi transmitida pelo site

A Amagis Saúde realizou Assembleia Geral Extraordinária, no dia 14 de fevereiro, quando participaram cerca de 500 associados, para ampliar a discussão e decidir sobre alterações e adequações do plano junto à ANS.

Num processo marcado pela democracia interna, que incluiu encontros em seis regiões do Estado e a assembleia, cujos resultados foram ratificados pelo Conselho Gestor, cinco dias depois. Mais do que as próprias mudanças adotadas, os magistrados aprovaram o caráter democrático e participativo na condução dos debates e envolvimento de toda a classe.

Página 21

AVANÇOS

Comissões da Assembleia discutem LODJ

O Projeto de Lei Complementar 59/14, que dispõe sobre mudanças na LODJ, segue com tramitação célere na Assembleia Legislativa de Minas, fruto da permanente interlocução da Amagis e do TJMG com a ALMG. A matéria está sendo analisada pelas comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e a de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Página 3

DIREITOS

Atuação garante pagamento de diárias no CNJ

A atuação da Amagis garantiu, no CNJ, o pagamento de diárias por substituição em outra comarca, independentemente da distância percorrida pelo magistrado. A decisão dos conselheiros se deu por unanimidade, na sessão do dia 11 de fevereiro (a 1ª do ano), que reconheceu a nulidade da norma editada pelo Tribunal, conforme defesa feita pela da Associação.

Página 4

Associação requer compensação por plantões noturnos

Página 5

Nova AMB aprova ato nacional por eleições diretas

Página 6

Amagis e UFMG buscam melhorias no Judiciário

Página 8

Magistradas exibem talento e força na democratização do Judiciário

HERBERT CARNEIRO*

O respeito, autonomia e a credibilidade formam os pilares da crescente participação feminina na vida pública, em particular no Judiciário. Cada vez mais, elas exibem força e competência não só entre os magistrados, mas em toda a sociedade. Hoje, as mulheres assumem o comando dos órgãos públicos e dos cargos mais elevados no Brasil e no mundo.

Neste mês em que a mulher é homenageada internacionalmente, a Amagis faz questão de reconhecer seu talento e contribuição permanentes pela construção de um Judiciário mais humano, justo e democrático. Nos próximos dias, faremos evento para destacar e ressaltar a contribuição delas pela melhoria e democratização e o papel da magistratura pela paz social, especialmente na defesa da família, da mulher em situação de risco e no combate à violência de gênero e doméstica.

A presença delas, vencendo todos os históricos obstáculos, representa importante avanço e fortalece ainda mais a democratização, que, a cada dia, vem se consolidando, de maneira irreversível, na magistratura e no Judiciário. Em nossa gestão compartilhada e democrática, temos a convicção de que não podemos falar de integração da magistratura sem reconhecer a presença, o valor e a força das mulheres magistradas. Elas estão ocupando lugar merecido e conquistado com concurso, trabalho sério e dedicação.

A trajetória das mulheres na sociedade, como na magistratura, é uma história de lutas e conquistas, das quais elas foram e são protagonistas de grandes transformações sociais ocorridas no país e no mundo. Os reflexos dessas mudanças influenciaram definitivamente e irreversivelmente as relações sociais, sejam no seio familiar, na sociedade e no trabalho.

Observando tudo agora, com o olhar do século XXI e dos ventos democratizantes, parece que foi fácil, desde o longínquo 1960, quando a primeira mulher, a juíza Raphaela Alves Costa, ingressou na carreira. Três anos depois, ela foi seguida por outra pioneira, a magistrada Branca Margarida Pereira Rennó, que foi a primeira desembargadora.

Quarenta anos depois, em 2007, o Supremo Tribunal Federal empossou a primeira presidente, a ministra Ellen Gracie. Cinco anos mais tarde, outra importante conquista com a chegada da ministra mineira Cármen Lúcia Antunes Rocha na Presidência do Tribunal Super-

rior Eleitoral, em 2012, quando também se comemorava os 80 anos do voto feminino no Brasil.

Atualmente, dos 27 tribunais de Justiça estaduais do País, sete são presididos por mulheres. Em outros 15, existem magistradas nos cargos de direção. No TJMG, a desembargadora Jane Silva tomou posse no Órgão Especial em 2010, sendo a primeira mulher a fazer parte da Corte. No mesmo ano, a desembargadora Márcia Milanez, assumiu a 3ª vice-presidência do Tribunal, sendo a primeira a ocupar cargo de direção. Em Belo Horizonte, a juíza Áurea Maria Brasil Santos Perez (hoje, desembargadora) foi a primeira a ocupar a direção do Foro.

Hoje em dia, elas são mais de 300 no Judiciário mineiro, das quais 20 desembargadoras. Sabemos que, no início, elas eram recebidas com resistência e desconfiança, mas, agora, não precisam mais provar que são competentes e que estão aptas a exercer o cargo.

A Amagis reconhece o pioneirismo e o talento delas e se orgulha de suas conquistas, que, ao final, são de todos nós e de toda a sociedade. Não somos opostos, mas compostos, e é essa composição que buscamos e queremos para que a Associação seja realmente forte e de todos os magistrados e magistradas.

Somos testemunhas permanentes do valor de cada uma delas. Apesar das múltiplas atividades, elas fazem bem à vida pública e à magistratura e são uma grande força dentro do Poder Judiciário. O reconhecimento da Amagis valoriza o trabalho feminino em todos os seus papéis. Venceram séculos de obstáculos, preconceitos e conquistaram a valorização profissional merecida, sem deixar de ser mãe, esposa, companheira e de arcar com o peso e a responsabilidade da função.

Mirando o exemplo delas e da própria História, o Judiciário deve andar sempre para frente, em direção à sua vocação e missão social. Afinal, manter o status quo já significa retrocesso. Ainda neste mês, o Tribunal de Justiça de Minas dará mais um passo histórico em sua democratização, quando discutirá a ampliação da elegibilidade a todos os desembargadores e a inclusão do voto de cada juiz na escolha de seu corpo diretivo. A democratização efetiva do Judiciário só será realidade se houver a participação das juízas e dos juízes. No final de março, dia 31, será a vez da nova AMB realizar ato político nacional em defesa da adoção das eleições diretas nos tribunais de todo o País. ●

(*) Presidente da Amagis

“A Amagis reconhece o pioneirismo e o talento das mulheres e se orgulha de suas conquistas, que, ao final, são de todos nós e de toda a sociedade”



Jornal Mensal da
Associação dos
Magistrados Mineiros
AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)

Presidente:

Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro:
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:
Juiz Maurício Torres Soares

**Vice-presidente dos
Aposentados e Pensionistas:**
Desembargador Tibagy
Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:
Juíza Ivone Campos
Guilarducci Cerqueira

**Vice-presidente
Sócio-cultural-Esportivo:**
Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:
Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subsecretária:
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.300 exemplares

ÍNDICE

Nova LODJ tem
tramitação célere
na ALMG

3

- » Nova LODJ tem tramitação célere na ALMG 03
- » Amagis garante pagamento de diárias no CNJ 04
- » Amagis requer compensação a plantões e IR fica suspenso 05
- » Resultado da pesquisa do Judiciário será divulgado neste mês 05
- » Amagis debate direitos no Conselho da AMB 06
- » Herbert Carneiro destaca iniciativas mineiras no CNJ 07
- » Encontro debate Justiça Restaurativa 09
- » Nova diretoria toma posse no TRE-MG 10

- » Entrevista » Desembargador Wander Marotta 11
- » Magistradas exibem força e competência no Judiciário 12
- » Campeonato regional será em Uberlândia 15
- » Destaques dos programas de TV da Amagis em fevereiro 16
- » Cidades históricas celebram a Semana Santa com tradição 17
- » Conselho ratifica decisão da Assembleia da Amagis Saúde 21
- » Magistrados ressaltam iniciativa democrática da Amagis 22
- » Gestão itinerante mobiliza magistrados de todo o Estado 24

12

Magistradas
exibem força e
competência no
Judiciário

Amagis garante
pagamento de
diárias no CNJ

4

Gestão itinerante
mobiliza
24 magistrados de
todo o Estado

APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA

Nova LODJ tem tramitação célere em comissões da AL

Em apenas 15 dias, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 59/14, que trata da revisão da Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ), recebeu tramitação rápida na Assembleia Legislativa. A proposta foi entregue pelo presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, e pelo presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, ao presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), deputado Dinis Pinheiro, no dia 3 fevereiro.

Tão logo o PLC entrou na pauta da Comissão de Constituição e Justiça da ALMG, o deputado Sebastião Costa, relator do projeto, solicitou ao Tribunal de Justiça mais informações sobre a proposta para os exercícios de 2014 e 2015. O projeto também foi distribuído para as Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

A agilidade na tramitação do projeto da nova LODJ é fruto da permanente interlocução da Amagis com o TJMG e a ALMG em favor dos avanços e melhorias nas condições de trabalho



ASSEMBLEIA DE MINAS
Poder e Voz do Cidadão

PLC 59 2014 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 59/2014
Altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais.

Art. 1º - O § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 59, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - (...)”

§ 1º - A prestação jurisdicional no Estado, em segunda instância, compete aos Desembargadores e juizes convocados do Tribunal de Justiça e aos Juizes do Tribunal de Justiça Militar.”

Art. 2º - O parágrafo único do art. 4º da Lei Complementar nº 59, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - (...)”

Parágrafo único - O juiz poderá transferir a realização de atos judiciais da sede para os distritos.”

Art. 3º - O *caput* e os §§ 2º e 4º do art. 6º da Lei Complementar nº 59, de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - Entregue a documentação a que se refere o art. 5º, o Corregedor-Geral de Justiça fará inspeção local e apresentará relatório circunstanciado, dirigido ao órgão competente do Tribunal de Justiça, opinando sobre a criação ou a instalação da comarca.

(...)

§ 2º - Determinada a instalação, o Presidente do Tribunal de Justiça designará data para a respectiva audiência solene, que será presidida por ele ou por Desembargador especialmente designado.

(...)

§ 4º - Instalada a comarca e especificados seus distritos judiciários, ficarão automaticamente criados os seus serviços notariais e de registro.”

Art. 4º - O § 3º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 59, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

O Projeto de Lei Complementar nº 59/14 já tramita em comissões da Assembleia

no Judiciário para toda a sociedade mineira.

DEFESA DA CLASSE

Ainda em fevereiro, o presidente da Amagis voltou a defender as emendas da Associação ao projeto da nova LODJ na imprensa, contestando as críticas de sindicalistas aos magistrados mineiros e às suas reivindicações por melhores condições de trabalho e qualificação da prestação jurisdicional.

Em entrevista ao jornal O Tempo, publicada no dia 5 de fevereiro, Herbert Carneiro esclareceu que, quando os juizes prestam serviços para além das suas funções na Justiça Comum e Juizados Especiais, não recebem qualquer compensação

extra pelo trabalho, ao contrário dos outros estados. À Rádio CBN/BH, o presidente apontou que os servidores gozam de benefícios que os magistrados não têm, como auxílio-creche, reajustes e aumentos salariais anuais, com índices acima da inflação. E lembrou que, após sete anos de congelamento, os vencimentos dos magistrados foram

reajustados apenas em 5% em janeiro de 2013. O presidente da Amagis foi ainda contundente ao afirmar que as propostas para a revisão da LODJ não são penduricalhos, reafirmando que, a cada dois anos, de acordo com a Constituição Estadual, a LODJ precisa ser reformada e atualizada à realidade das mudanças na própria sociedade. ●

Instituto Mineiro de Perícias



Um olhar técnico a favor da

verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

www.periciasmg.com.br

Convênio
AMAGIS

DIREITOS TRABALHISTAS

Amagis garante pagamento de diárias no CNJ

Luiz Silveira / Agência CNJ



Primeira sessão do ano do CNJ contou com a participação da Amagis

Os conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiram, por unanimidade, que os magistrados de Minas Gerais terão direito ao pagamento de diárias por substituição em outra comarca, independentemente da distância percorrida.

A decisão anulou norma contida no artigo 7º da Portaria 2.589/2011, editada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que limitava o recebimento de diárias em casos de deslocamentos inferiores a 100 quilômetros. De acordo com a norma, magistrados e servidores só teriam direito a diária em deslocamentos inferiores a 100 quilômetros “se houver necessidade de pernoite fora da sede”.

O pedido da suspensão dos limites contidos na portaria foi feito pela Amagis, em Procedimento de Controle Administrativo e julgado na 182ª

sessão do ano do CNJ, dia 11 de fevereiro, a primeira sessão do ano de 2014. O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro e a advogada do Departamento Jurídico da Associação, Cantini-Bezerra de Carvalho, estiveram em Brasília e participaram da sessão de julgamentos.

Decisão anulou norma contida no artigo 7º da portaria 2.589/2011, editada pelo Tribunal

Para o relator, conselheiro Guilherme Calmon, “ao disciplinar a questão acerca de limitações quanto ao recebimento de diárias por parte dos magistrados e servidores”, o presidente do TJMG exerceu atribuição administrativa que a Lei de Organização e Divisão

Judiciária do Estado de Minas Gerais determina que seja feita por meio de Resolução da Corte Superior do Tribunal de Justiça. O dispositivo, portanto, é nulo em seu aspecto formal”, argumentou o conselheiro.

Outro assunto que esteve na pauta do CNJ foi o procedimento de controle administrativo que contestava as promoções de magistrados mineiros. A Amagis promoveu a defesa, como interessada, e, após o julgamento, a contestação foi considerada improcedente, por unanimidade, e as promoções foram mantidas.

Ainda durante a primeira sessão do ano do CNJ, foram julgados diversos procedimentos relativos à administração dos tribunais, bem como itens para apreciação dos conselheiros sobre concursos públicos, e seleções para cartórios de notas de registro em todo o país. ●

DEFESA DA MAGISTRATURA

RESOLUÇÃO

Associação propõe regulamentação da ajuda de custo

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, propôs ao TJMG, no dia 27 de janeiro, resolução que visa regulamentar a ajuda de custo aos magistrados de acordo com o artigo 65, inciso II, da Lei Complementar 35/79 e no artigo 14, inciso VII, da Lei Complementar 59/2001. No ofício, encaminhado ao presidente do Tribunal, desembargador Joaquim Herculano, Herbert Carneiro solicita ainda que a proposta seja apreciada pelo Órgão Especial do TJ.

A minuta da resolução encaminhada anexa ao ofício sustenta o princípio da simetria, conferido pela Lei Complementar Federal nº 35, de 14 de março

de 1979, considerando que o direito à ajuda de custo está previsto. O texto aponta também que a ajuda de custo foi autorizada pela Lei Complementar Estadual nº 59, de janeiro de 2001, a depender de regulamentação do Órgão Especial do TJMG. A regulamentação preserva o princípio de simetria entre os diversos Tribunais do País.

Ainda na proposta de resolução, a Amagis recorre ao limite previsto no artigo 37, inciso XI, da Constituição da República, para defender a fixação da ajuda de custo em 18%, cuja implementação será feita de acordo com a disponibilidade orçamentária do TJMG. ●

TJMG

Órgão Especial julga processos de interesse da magistratura

O Órgão Especial do TJMG julgou, no dia 12 de fevereiro, diversos processos de interesse da magistratura. Entre as decisões, os desembargadores rejeitaram embargos de declaração, decidiram pelo arquivamento de um processo criminal contra magistrado e pela aplicação de advertência a outro.

Durante a mesma sessão do dia 12, foram realizados diversos provimentos. Além

das promoções para o cargo de desembargador do TJMG em favor dos magistrados Octávio Augusto De Nigris Boccacini e Maria Aparecida de Oliveira Grossi, para a 18ª e 16ª Câmara Cível, respectivamente, o Órgão Especial realizou provimentos, para a segunda entrância e entrância especial. A lista completa de provimentos pode ser acessada no site da Associação, amagis.com.br. ●

DIREITOS TRABALHISTAS

Amagis requer compensação a plantões e IR fica suspenso



Ofício enviado ao presidente do TJMG

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, encaminhou, no dia 12 de fevereiro, ofício ao presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, pleiteando a compensação dos plantões forenses noturnos semanais realizados pelos magistrados, assim como já ocorre com os plantões realizados nos finais de semana.

No documento, Herbert Carneiro destaca que os plantões são imprescindíveis – conforme previsão do artigo 93, inciso XII da Constituição Federal e dos artigos da legislação em vigor, sobretudo, no parágrafo 1º do artigo 313 e parágrafo 3º do artigo 123 da Lei Complementar 59 de 2001, atualizada pela Lei Complementar 105 de 2008, bem como a

resolução 648/2010 do Órgão Especial e o Regimento Interno do TJMG –, e que, portanto, existe o direito de pagamento de indenização.

O presidente da Amagis argumenta ainda que há a retribuição por compensação do plantão realizado nos finais de semana, em números iguais ao dos dias trabalhados. Entretanto, quando são realizados nos dias de semana, no período noturno, não são nem mesmo compensados. Já no STF, a Associação reivindica, por meio de mandado de segurança, o pagamento dos plantões em espécie, suspenso pelo CNJ.

IR SOBRE FÉRIAS

Com a decisão da 6ª Câmara do TJMG que julgou improcedente,

no dia 11 de fevereiro, o agravo movido pelo Estado de Minas Gerais contra a liminar que suspendeu os descontos de Imposto de Renda sobre o terço de férias dos magistrados mineiros, a Amagis conquistou mais um importante avanço na luta pelos direitos da classe.

No dia 10 de janeiro, o desembargador Almeida Melo havia indeferido o recurso do Estado, que pretendia anular os efeitos da tutela antecipada da decisão que suspendeu o desconto de imposto de renda sobre o terço constitucional de férias dos magistrados mineiros. A decisão de primeira instância é do juiz da 2ª Vara de Feitos Tributários da Comarca de Belo Horizonte, Agnaldo Rodrigues Pereira. •

AMAGIS E DOM HELDER

Resultados da pesquisa sobre o Judiciário serão conhecidos e divulgados neste mês

O resultado da pesquisa sobre o Judiciário na ótica da magistratura, realizada pela Amagis em parceria com a Escola Superior Dom Helder Câmara, será divulgado ainda neste mês de março.

A partir do diagnóstico realizado, a diretoria da Associação deverá realizar um planejamento estratégico de suas ações. O estudo abordou temas como orçamento, eleição direta para o TJMG, segurança nas unidades judiciárias, celeridade da Justiça e aperfeiçoamento na carreira.

A pesquisa foi desenvolvida pelo Instituto Domtotal, da Escola Dom Helder Câmara, com a colaboração da Associação, e foi respondida pela internet. Para garantir a participação de todos os magistrados – capital e interior –, foi enviado um e-mail para os associados com o assunto “Diagnóstico do Judiciário Mineiro – Centro de Pesquisa Domtotal”, no qual havia um link que direcionava o usuário para as perguntas.

O resultado da pesquisa será divulgado no site da Amagis e nas redes sociais (Facebook e Twitter). •

Centro de Pesquisa Domtotal

domtotal

Temos iniciar coletando algumas informações sobre a atuação de Vossa excelência na magistratura.

Excelentíssimo senhor, o Instituto Dom Total e a Amagis estão realizando um estudo para diagnosticar a realidade vivida pelos senhores em suas comarcas. Este estudo servirá para nortear ações da Amagis em parceria com a Escola Superior Dom Helder Câmara, no desenvolvimento de ações para o aperfeiçoamento da magistratura, tanto na formação dos futuros advogados quanto dos atuais magistrados.

Em relação ao exercício da magistratura qual é a posição atual de V.Ex.??

Escolha uma das seguintes respostas:

Encontra-se em atividade

Está inativo (apocentado)

Qual a idade de V.Ex.??

Pesquisa abordou os temas mais importantes para a magistratura

DEMOCRATIZAÇÃO

AMB e Associações fazem ato nacional por diretas

No dia 31 de março, a Magistratura nacional realizará ampla mobilização em todos os estados como parte das ações da campanha Eleições Diretas nos Tribunais. Nesta data, a exemplo do que já fez a Amagis junto ao TJ, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em conjunto com as Associações Estaduais, protocolará requerimento em cada um dos Tribunais dos estados, solicitando a alteração do Regimento Interno das respectivas Cortes, no sentido de permitir a participação de juízes de 1º Grau no processo de escolha dos presidentes e vice-presidentes.

A realização da mobilização foi uma das deliberações aprovada por unanimidade na reunião do Conselho de Representantes da AMB, realizada no dia 5 de fevereiro, em Porto Alegre e da qual participou a Amagis.

Além das eleições diretas, foi discutido também o estabelecimento de campanha em defesa do resgate do Adicional por Tempo de Serviço (ATS). Durante a reunião, também foram discutidos o uso do sistema virtual nos documentos que instruem as reuniões da AMB, prestação e contas e formação da Comissão de Direitos Humanos.

EVENTOS

Ainda no encontro do Conselho de Representantes, ficaram definidas as datas de dois grandes eventos

da AMB: o XXII Congresso Brasileiro de Magistrados, que vai ocorrer nos dias 29 e 30 de outubro de 2015; e o VI Encontro Nacional de Juízes Estaduais (Enaje), que será realizado de 3 a 4 de novembro de 2016. Na próxima reunião do Conselho de Representantes, que vai acontecer nos dias 21 e 22 de maio, em Brasília, serão divulgadas as candidaturas das Associações que pretendem sediar esses eventos.

CONSELHO EXECUTIVO E COORDENADORIA ESTADUAL

Um dia antes da reunião do Conselho de Representantes, no dia 4 de fevereiro, o presidente Herbert Carneiro participou das reuniões do Conselho Executivo e da Coordenadoria da Justiça Estadual da AMB, que também foram realizadas em Porto Alegre. No encontro da Coordenadoria Estadual, os participantes definiram a estratégia de ação da pasta, com temas próprios relacionados à Justiça Estadual e de interesse dos presidentes das Associações estaduais, além do banco de dados que vai permitir que cada entidade possa fazer as reivindicações no sentido de estender experiências vitoriosas nos estados.

Também estiveram na pauta assuntos como o papel da Justiça estadual na gestão carcerária e a recomposição dos subsídios. ●

Renata Brandão / AMB



Herbert Carneiro defendeu o debate sobre eleições diretas

ESCOLAS JUDICIAIS

ENM firma parceria para a 7ª Conferência Internacional

Esmape



Fernando Cerqueira e Marcelo Piragibe

A Escola Nacional de Magistratura (ENM) vai apoiar e participar do maior encontro de escolas judiciais do mundo, a Conferência Internacional de Escolas Judiciais, que terá sua 7ª edição realizada em 2015, na cidade de Recife (Pernambuco).

A parceria foi firmada no dia 7 de fevereiro, durante visita do diretor-presidente da ENM, juiz Marcelo Piragibe, ao diretor-geral da Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (Espame), desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos

Santos. “Este encontro será de fundamental importância para a troca de experiências e de ideias, visando à melhoria da formação dos juízes”, afirmou Marcelo Piragibe sobre a Conferência.

ENFAM

Foi restabelecida, pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), a carga horária mínima de 480 horas para os cursos de ingresso e de formação inicial na carreira da magistratura. Com isso, as escolas de magistratura deverão adotar o critério de aplicação de 240 horas-aula para o desenvolvimento dos conteúdos do Anexo I da Resolução 3 da Enfam. ●

APERFEIÇOAMENTO DO JUDICIÁRIO

Herbert Carneiro destaca iniciativas mineiras no CNJ

Nelson Júnior / STF



Herbert Carneiro fez alerta sobre a reforma da Justiça Eleitoral

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, destacou as iniciativas positivas desenvolvidas em Minas Gerais durante sua intervenção na "1ª Audiência Pública sobre Eficiência do 1º Grau de Jurisdição e Aperfeiçoamento Legislativo voltado ao Poder Judiciário", promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos dias 17 e 18 de fevereiro, em Brasília.

Herbert Carneiro, que também preside o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), citou projetos como o "Começar de Novo", as unidades da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), que, para ele, "deveriam servir como modelo nacional". Destacou o projeto do juiz Thiago Colnago, da Comarca de Governador Valadares, que torna mais eficiente a execução penal, destacou a informatização do processo penal em Minas, e lamentou a falta de compromisso dos tribunais do País em relação às penas alternativas.

O presidente da Amagis abordou a proposta de reforma da Justiça Eleitoral, alertando que o momento exige o foco na reforma política e eleitoral, e cumprimentou o CNJ pela iniciativa de repensar a Justiça Militar, para ele, um instrumento capaz de diminuir a violência.

Herbert Carneiro participou dos dois dias de debates acompanhado da juíza Luzia Peixoto, vice-presidente Administrativa da Amagis, e dos juizes Thiago Colnago, da Comarca de Governador Valadares, e Evandro Cangussu, da Comarca de Sete Lagoas. ●

FORMAÇÃO

ENM realizará curso sobre a Copa do Mundo

Ascom / AMB



Escola promove cursos ao longo do ano

A Escola Nacional da Magistratura (ENM), em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizará, nos dias 22 e 23 de abril, em Brasília, o curso "Ações do Poder Judiciário durante a Copa FIFA 2014".

O objetivo do curso é capacitar os magis-

trados que atuarão nos Juizados do Torcedor, nos estádios onde os jogos serão realizados, Juizados Cíveis, Juizado da Infância e Juventude e no plantão judiciário, no período dos jogos da Copa.

Ao todo, são oferecidas 40 vagas a magistra-

dos associados à AMB. O curso será custeado pela ENM e AMB, exceto as despesas com deslocamento e hospedagem. As inscrições poderão ser feitas até o dia 12 de março no site enm.org.br, e a seleção dos interessados será feita por sorteio. ●

IR E VIR É UM DIREITO DE TODOS. E FICA MELHOR EM UM HONDA DA AUTO JAPAN.

CIVIC LXR AT 2014
POR
R\$ 70.676,65⁽¹⁾



Home
and Office
Delivery⁽²⁾

CORTESIA⁽³⁾
+ PROTETOR DE CÂRTER
+ JOGO DE TAPETES

Respeite os limites de velocidade.

RAJA
Raja, 2760 - 3298-2900
CIDADE NOVA
Cristiano Machado, 2510 - 3429-3333

BANDEIRANTES
Bandeirantes, 140 - 3069-0050
PAMPULHA
Catalão, 750 - 3469-5900

SEMINOVOS BARÃO
Barão, 2761 - 3313-4611
autojapan.com.br



AUTO JAPAN



(1) Valor à vista para a compra de Honda Civic LXR automático 14/14, pintura metálica, válido exclusivamente para faturamento direto da fábrica, para filiados Amagis. (2) Test drive em casa ou escritório para os modelos Fit, City, Civic e CRV de acordo com a disponibilidade nas unidades Auto Japan. O test drive é válido de segunda a sexta-feira mediante agendamento prévio. (3) Protetor de cârter e jogo de tapetes como cortesia na compra do modelo Honda Civic LXR, para filiados Amagis. Condições válidas de 01/03/2014 a 31/03/2014. Promoção não cumulativa com outras. Imagem meramente ilustrativa.

CONVÊNIO

Amagis e UFMG focam qualificação da gestão na Justiça

Georgia Baçvaroff



Professor Antônio Gomes e desembargador Herbert Carneiro

Com o objetivo de estabelecer mais uma parceria pelo aprimoramento do Judiciário, a Amagis irá assinar convênio com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, e o professor Antônio Gomes de Vasconcelos, coordenador geral do Programa Universitário de Apoio às Relações de Trabalho (Prunart) da UFMG, discutiram, no dia 25 de fevereiro, os detalhes da cooperação técnica. O acordo será efetivado pelas duas instituições durante o 'I Seminário Prunart sobre Administração da Justiça', a ser realizado nos dias 12 e 13 de março.

O objetivo é promover o estudo, a pesquisa e a produção de conhecimento científico destinado a contribuir e a oferecer subsídios para o aprimoramento da prestação jurisdicional da gestão judiciária e da

administração da Justiça. O convênio contemplará ainda as ações concernentes ao Plano Estratégico do Poder Judiciário Nacional, instituído pela Resolução 70/90, do CNJ, e terá, como base empírica, os dados e elementos colhidos do diálogo entre o Prunart e a Amagis.

O tema do seminário será o planejamento estratégico do Poder Judiciário Nacional. Entre as autoridades que irão proferir palestras nos dois dias do evento, estão o conselheiro Rubens Curado, (CNJ), que falará sobre Judiciário e planejamento estratégico, e os ex-conselheiros Jefferson Kravychynchyn e Morgana Richa, que abordarão os temas 'O CNJ na visão do jurisdicionado' e 'Acesso à Justiça', respectivamente.

Além da UFMG, a Amagis também possui parceira com a Escola Superior Dom Helder Câmara pelo aperfeiçoamento da Justiça. ●

POSSE

Tribunal tem novos desembargadores

Tiago Parrela



Maria Aparecida Grossi e Octávio Boccalini

Os magistrados Octávio Augusto De Nigris Boccalini e Maria Aparecida de Oliveira Grossi tomaram posse no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais no dia 24 de fevereiro. O presidente da Amagis, Herbert Car-

neiro, esteve presente na cerimônia de posse.

O presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, elogiou a trajetória dos dois magistrados e manifestou a convicção de que os novos desembargadores contribuirão para uma

prestação jurisdicional mais célere e eficaz.

Os desembargadores Octávio Augusto De Nigris Boccalini e Maria Aparecida de Oliveira Grossi irão compor a 18ª Câmara Cível e 16ª Câmara Cível, respectivamente. ●



Há mais de 50 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

www.amagis.com.br

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.

A magistratura mineira com um espaço próprio na internet!



CIDADANIA

Encontro valoriza a Justiça Restaurativa

Georgia Bacvaroff



O diretor da Amagis e coordenador do programa, juiz Carlos Frederico da Silva, participou do evento

Ampliar o debate sobre a importância do diálogo no processo de restauração das relações socioeducativas

dos menores. Foi esse o objetivo do 1º Encontro sobre Prática de Justiça Restaurativa no Sistema Socioeducati-

vo realizado no TJMG, no dia 21 de fevereiro.

Na abertura dos trabalhos, o juiz Carlos Frederico Braga

da Silva, coordenador estadual do Programa Justiça Restaurativa na Infância e diretor de Direitos Humanos e

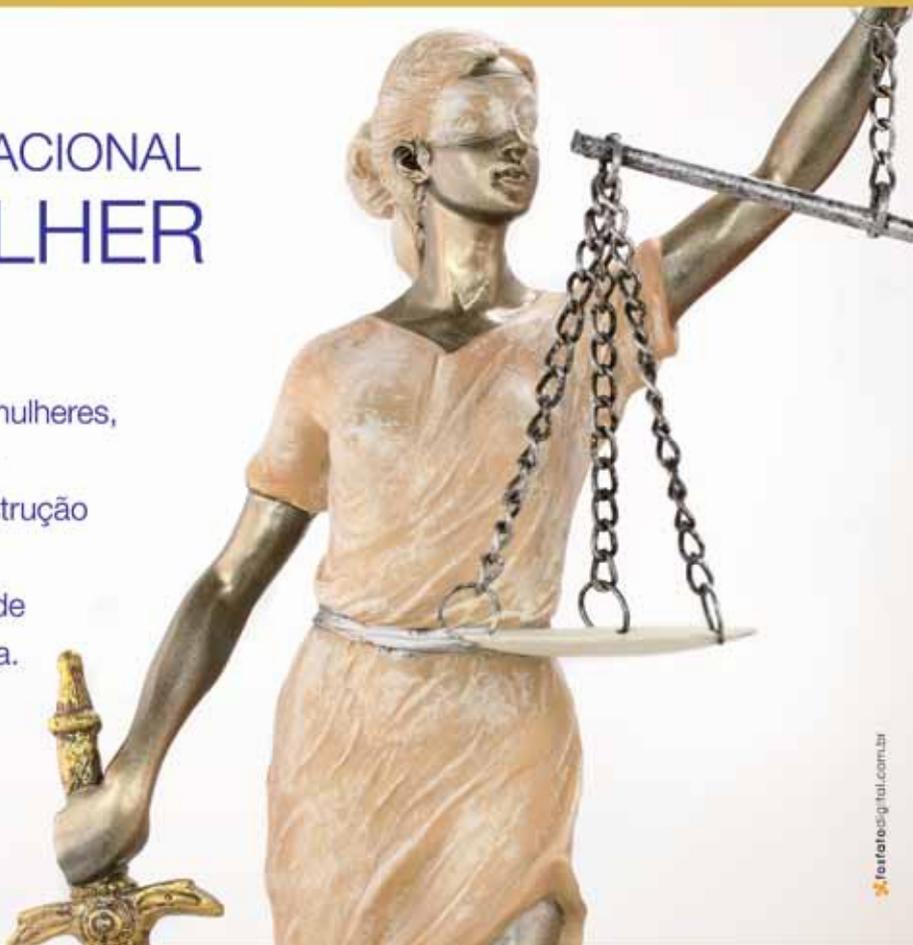
Cidadania da Amagis, observou que a prática da Justiça Restaurativa tem conseguido reduzir os índices de reincidência, o que, conseqüentemente, contribui para uma sociedade menos violenta. A proposta da Justiça Restaurativa favorece e incentiva um ambiente pacificador para as pessoas envolvidas no conflito e busca sensibilizar as partes para as soluções consensuais.

Durante o encontro, foram apresentadas experiências dos servidores e agentes que seguem os princípios restaurativos nas unidades socioeducativas, que ressaltaram a eficácia do diálogo nas unidades. Outro ponto destacado foi a importância da participação da família e da sociedade na busca da solução dos conflitos. ●



de março,
DIA INTERNACIONAL
DA MULHER

A Amagis homenageia todas as mulheres, em especial as magistradas, pela contribuição permanente na construção de um Judiciário autônomo e independente, e de uma sociedade mais justa, humana e democrática.



JUSTIÇA ELEITORAL

Nova diretoria toma posse no TRE-MG

CCS /TRE-MG



Wander Marotta, Lílian Marotta, Geraldo Augusto de Almeida e Marta Cascardo de Almeida

Tomaram posse, no dia 7 de fevereiro, nos cargos de presidente e vice-presidente e corregedor do Tribunal

Regional Eleitoral de Minas Gerais, os desembargadores Wander Marotta e Geraldo Augusto de Almeida, respectiva-

mente. O desembargador Wander Marotta, que desde 2012 exerce a vice-presidência e a corregedoria do TRE,

substituiu o desembargador Antônio Carlos Cruvinel, que encerra seu biênio como integrante efetivo do Tri-

bunal. O juiz Maurício Soares, vice-presidente de Saúde da Amagis, representou a Associação na solenidade.

O desembargador Antônio Carlos Cruvinel cumprimentou os novos dirigentes e aproveitou a oportunidade para lembrar as diversas conquistas que foram obtidas em sua gestão.

O juiz integrante da Corte do TRE-MG, Alberto Diniz, fez uma saudação do Tribunal à nova diretoria e observou que este ano deve ser de duro embate, com intenso trabalho, sempre no intuito de fortalecer a democracia, com a realização das eleições.

O novo presidente do TRE-MG, desembargador Wander Marotta, destacou o surgimento da Justiça Eleitoral no país e ainda falou da necessidade de uma ampla reforma do sistema eleitoral brasileiro. ●

VOTAÇÃO

Desembargadores são eleitos pelo Tribunal Pleno

Tiago Parrela



Des. Mariângela Meyer

Marcelo Albert



Des. Antônio Armando

O Tribunal Pleno do TJMG elegeu, no dia 24 de fevereiro, a desembargadora Mariângela Meyer Pires Faleiro para o Órgão Especial, onde ocupará a vaga do desembargador André Leite Praça. O desembargador Antônio Armando dos Anjos foi eleito membro do Conselho da Magistratura do Tribunal. O pleno elegeu ainda o desembargador Geraldo Do-

mingos Coelho para o TRE-MG, cuja posse ocorreu no dia 27 do mesmo mês (veja matéria ao lado).

Mariângela Meyer é natural de Pouso Alegre, no Sul de Minas. Ingressou na magistratura em 1990 e atuou nas Comarcas de Cláudio, Abaeté, Formiga e Belo Horizonte. Foi promovida ao cargo de desembargadora em 2011. É ouvidora do TJMG,

desde 2012, e diretora cultural da Amagis.

Antônio Armando dos Anjos nasceu em Pova do Concelho, Portugal. Ingressou na magistratura mineira em 1985, tendo sido juiz nas comarcas de Galiléia, Conselheiro Pena, Aimorés, Lajinha, Piumhi, Resplendor, Ipanema, Passos e Belo Horizonte. É desembargador desde 18 de março de 2005. ●

POSSE

TRE-MG tem novo desembargador

Tiago Parrela



Desembargador Geraldo Domingos Coelho

O desembargador Geraldo Domingos Coelho tomou posse, no dia 27 de fevereiro, no cargo de juiz membro substituto - classe desembargador - do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. A cerimônia ocorreu no gabinete da Presidência do TRE-MG e contou com a participação de todos os membros da Corte Eleitoral.

O presidente do TRE-MG, desembargador Wander Marotta, disse que tem a certeza que o magistrado Geraldo Domingos Coelho contribuirá muito para a Justiça Eleitoral de Minas e do País. Geraldo Domingos Coelho afirmou que o papel do juiz eleitoral é garantir o direito ao voto, fortalecendo a democracia e coibindo qualquer tipo de fraude. ●

Tiago Parrela



ENTREVISTA >> DESEMBARGADOR WANDER MAROTTA

O novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), desembargador Wander Marotta, tomou posse no cargo no dia 7 de fevereiro. Em entrevista à Amagis, ele destaca os desafios da Justiça Eleitoral para a realização das eleições gerais deste ano. Segundo Marotta, um dos avanços é a implantação, em 26 cidades de Minas Gerais, do sistema de biometria para identificação dos eleitores.

O magistrado reforçou, como fundamental, a participação da sociedade nas discussões, junto ao Parlamento brasileiro, no debate sobre as questões do financiamento público e privado das candidaturas, como aconteceu com a Lei da Ficha Limpa, no sentido de implementar as reformas necessárias.

“

A biometria visa liquidar de vez com a possibilidade de qualquer tipo de fraude

O sistema biométrico será utilizado pela primeira vez, neste ano, em 26 cidades de Minas Gerais. Qual o objetivo dessa inovação?

A biometria visa liquidar de vez com a possibilidade de qualquer tipo de fraude. Ela evita isso porque tem a segurança da impressão digital. O eleitor vai se identificar pela impressão digital e, dessa forma, não será mais possível criar meios de votar por outra pessoa.

Que tipo de fraudes ainda preocupam a Justiça Eleitoral?

O que ocorre é que a fraude não acontece no processo de votação, ela ocorre, muito mais, nas condutas dos candidatos quando tentam, por exemplo, uma conduta vedada pela Lei Eleitoral para conseguir voto de eleitor por meio fraudulento, por exemplo, comprando votos. Aquela velha fraude da República Velha, de 1930, em que se falsificavam

as listas eleitorais, isso não existe mais. A urna eletrônica acabou com isso.

Quais os desafios da Justiça Eleitoral para fazer valer a vontade popular?

A Justiça Eleitoral atua na repressão de condutas, como o abuso dos poderes econômico e político. A fiscalização direta fica a cargo do Ministério Público, dos próprios partidos, dos fiscais dos partidos. Hoje, temos muitos processos com a prova de gravação direta, via celular, por exemplo, o que facilita a produção da prova. Isso resulta em um aumento astronômico dos pleitos na Justiça Eleitoral, pedindo cassação de mandatos, declaração de inelegibilidade em virtude da prática de condutas vedadas, na prática de compra de votos, por exemplo.

Como lidar com o dinheiro ilícito na campanha?

Esse é um assunto muito polêmico.

Há um julgamento pendente no Supremo Tribunal Federal sobre o financiamento de campanha por pessoa jurídica. Há aqueles que defendem a possibilidade da pessoa jurídica participar dos financiamentos, como há os que são contra. Essa é uma decisão que o Supremo vai tomar. Talvez, dependendo do quer for decidido, o Congresso possa criar uma lei contrária. Enfim, isso depende de uma discussão ampla de todos os segmentos da sociedade. É preciso que a sociedade imponha, como impôs a Lei da Ficha Limpa ao próprio Congresso, porque não se nota um movimento voluntário do Parlamento brasileiro no sentido de implementar as reformas necessárias.

O senhor acredita que o financiamento público seria a solução?

Acho que sim. Nós já temos o

financiamento público por meio do horário gratuito e do fundo partidário. A questão é se esse financiamento deve permanecer e tornar-se a única forma, ou não, e se ainda deve-se continuar a permitir o financiamento por empresas. A crítica que se faz ao financiamento privado é que, quem financia, posteriormente vem cobrar pelo que financiou, como um investimento. Não se pode desmentir isso, porque as empresas atuam para obter lucro aos seus próprios acionistas e é muito difícil acreditar que há um purismo nessa doação. Por outro lado, a empresa tem interesse em participar do processo eleitoral. Pessoalmente, acho que isso tem de ser discutido, de forma aberta, no parlamento com a participação da sociedade, pois é ela quem deve definir se permite ou não o financiamento privado. ●

A crítica que se faz ao financiamento privado é que, quem financia, posteriormente vem cobrar pelo que financiou, como um investimento

Hoje, temos muitos processos com a prova de gravação direta, via celular, por exemplo, o que facilita a produção da prova. Isso resulta em um aumento astronômico dos pleitos na Justiça Eleitoral

”

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Magistradas exibem força e

Era o ano de 2012. A área externa do Fórum de Contagem, na Grande BH, estava tomada por veículos de comunicação de todo o País, que transmitiam a movimentação de fora e de dentro do tribunal do júri, praticamente, em tempo real. Em pauta, estava um dos julgamentos de maior repercussão da história do Judiciário mineiro: o caso do Goleiro Bruno, que seria então presidido pela juíza Marixa Fabiane Lopes.

Hoje, não parece curioso o fato de uma mulher comandar um tribunal do júri, sobretudo de tais proporções. Mas se isso acontecesse há alguns anos, como, por exemplo, no caso Aída Curi (1960 / Rio de Janeiro), a presidência feminina soaria no mínimo estranha.

O respeito, a autonomia, a credibilidade, entre outras qualidades, foram conquistadas pelas mulheres na magistratura – bem como em outras carreiras – ao longo dos anos. Em Minas Gerais, o pontapé inicial foi em 1960, quando a primeira mulher ingressou na carreira: a juíza Raphaela Alves Costa. Três anos depois, entrava para a magistratura aquela que se tornaria a primeira mulher no extinto Tribunal de Alçada, sendo também a primeira desembargadora do TJMG, Branca Margarida Pereira Rennó. Em 2002, em entrevista concedida ao DECI-SÃO, a desembarga-

dora Branca lembrava as dificuldades que enfrentou no início de sua carreira. “Era uma novidade e, por isso, recebiam-nos com uma certa resistência. Precisávamos provar que éramos competentes e que éramos aptas a exercer o cargo”, disse. Ela provou muito bem. Ficou 25 anos magistratura, e aposentou-se em 1988.

Naquela época, não se imaginava que uma mulher pudesse chegar à Presidência do Tribunal de Justiça, tampouco de um tribunal superior. Anos mais tarde, isso iria acontecer. Em 2007, o Supremo Tribunal Federal empossou sua primeira presidente: ministra Ellen Gracie. Cinco anos mais tarde, outro marco no Judiciário: no ano em que se completavam 80 anos do voto feminino no Brasil, tomava posse, como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a mineira Cármen Lúcia Antunes Rocha, primeira mulher a ocupar o cargo.

Atualmente, dos 27 tribunais de Justiça estaduais do país, sete são presididos por mulheres. O número pode parecer pequeno, mas é quase o dobro do registrado há cinco anos. Em pelo menos quinze tribunais, existem magistradas nos cargos de direção. O destaque é o Maranhão, onde três mulheres comandam o Judiciário estadual pela primeira vez na história: as desembargadoras

Marcelo Albert / TJMG

**Desembargadora Maria Beatriz Caires**

Cleonice Silva Freire, presidente; Anildes Cruz, vice-presidente; e Nelma Sarney, corregedora-geral de Justiça. Elas ficam à frente do Tribunal até 2015.

No TJMG, a desembargadora Jane Silva tomou posse no Órgão Especial em 2010, sendo a primeira mulher a fazer parte da Corte. No mesmo ano, a de-

sembargadora Márcia Milanez, assumiu a 3ª vice-presidência do Tribunal, sendo a primeira a ocupar um cargo de direção no TJMG. A magistrada também foi a segunda a ser nomeada para o Órgão Especial e a primeira a presidir a Corte Superior. Em Belo Horizonte, a juíza Áurea Maria Brasil Santos Perez foi a primeira mulher

a ocupar a direção do Foro, em 2002.

Trezentas e trinta e cinco mulheres representam a magistratura mineira em todo o Estado e no Tribunal de Justiça. No último concurso realizado pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), homologado em 2013, 37 mulheres ingressaram na carreira. Atualmente,

Gervásio Baptista / SCO-STF

**Ellen Gracie durante sessão plenária no STF**

competência no Judiciário

segundo informações do TJMG, o Poder Judiciário de Minas Gerais conta com 315 juízas e 20 desembargadoras na ativa.

Entre os onze ministros do STF, duas são mulheres. No STJ, 6 dos 31 ministros são do sexo feminino. Uma a mais que em 2009. Quatro mulheres ocupam cargos de ministras no TSE, o dobro da representação feminina registrada no Tribunal em 2009. No TST, cinco mulheres, e no STM, a vice-presidente é a ministra mineira Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha.

TOGA FEMININA

A mulher já galgou passos largos e conquistou espaços que antes eram essencialmente masculinos. Fácil não foi e ainda não é; a mulher, geralmente, tem jornada dupla e até tripla. Além do lar, cuida dos filhos, do marido e do trabalho. Mas há quem veja igualdade de condições entre os gêneros na magistratura e nas demais carreiras.

Desembargadora há 14 anos, Maria Beatriz Madureira Pinheiro Costa Caires preside atualmente a 2ª Câmara Criminal do TJMG. É a única mulher da Câmara e garante que nunca, em toda a carreira, sofreu qualquer tipo de discriminação ou desrespeito tanto no Ministério Público, quando foi promotora e procuradora de Justiça, quanto na magistratura pelo fato de ser mulher. De

acordo com ela, hoje em dia as mulheres estão assumindo cada vez mais cargos importantes, o que promove certa igualdade de condições tanto na magistratura quanto nas demais carreiras. A sensibilidade, de acordo com Beatriz Caires, é uma característica do ser humano. Uns têm mais; outros, menos. “A mulher, pela sua natureza, é mais detalhista e sensível, mas não acho que esse seja um privilégio das mulheres. Inclusive, conheço homens muito mais sensíveis que algumas mulheres”, afirma.

Também para a juíza Ângela Rodrigues, da 12ª Vara de Família de Belo Horizonte, as peculiaridades femininas são muito importantes, sobretudo na busca da solução de conflitos. “Acredito que a mulher tenha o olhar diferente, não digo melhor ou pior do que o olhar do homem, mas, sim, diferente. A mulher lida com afeto e promove o equilíbrio entre a razão e a emoção”, diz. Ângela atua há 21 anos na magistratura, e há 12 está em Belo Horizonte. “A mulher está sempre buscando o aperfeiçoamento, a qualificação e qualidade de vida pessoal e profissional. Ela investe muito em seus ideias, e isso a leva a galgar cada dia mais cargos e maior destaque”, reconhece a juíza.

Equilíbrio e paciência estão entre os principais requisitos para o exercício da

Georgia Baçvaroff



A juíza Ângela Rodrigues atua há 12 anos na Comarca de Belo Horizonte

magistratura, segundo a juíza Marixa Fabiane Lopes. Há 20 anos na carreira, ela garante que o aprendizado vem de casa. Casada e mãe de três filhos – 2, 3 e 5 anos – Marixa conta que, como nos julgamentos, os filhos demandam muita atenção e paciência. “A gente acaba aprendendo a falar menos, observar mais para depois

falar e orientar”, diz, afirmando que “o feeling feminino contribui nesse sentido”.

Marixa conta que, durante o julgamento do Caso Bruno, não sofreu qualquer tipo de resistência pelo fato de ser mulher. “Quando presidi o júri do caso Bruno, estava há três anos na Comarca de Contagem e, como conduzi todo o processo, foi

tranquilo”, afirma a juíza. Mas, sem dúvida, seu exemplo contribuiu para fortalecer a figura da mulher na magistratura.

Atualmente, Marixa Fabiane atua no projeto Novos Rumos, do TJMG, como juíza de Direito Auxiliar, voltada para a humanização das penas, e preside júris na capital e no interior. ●

Vagner Antônio / TJMG

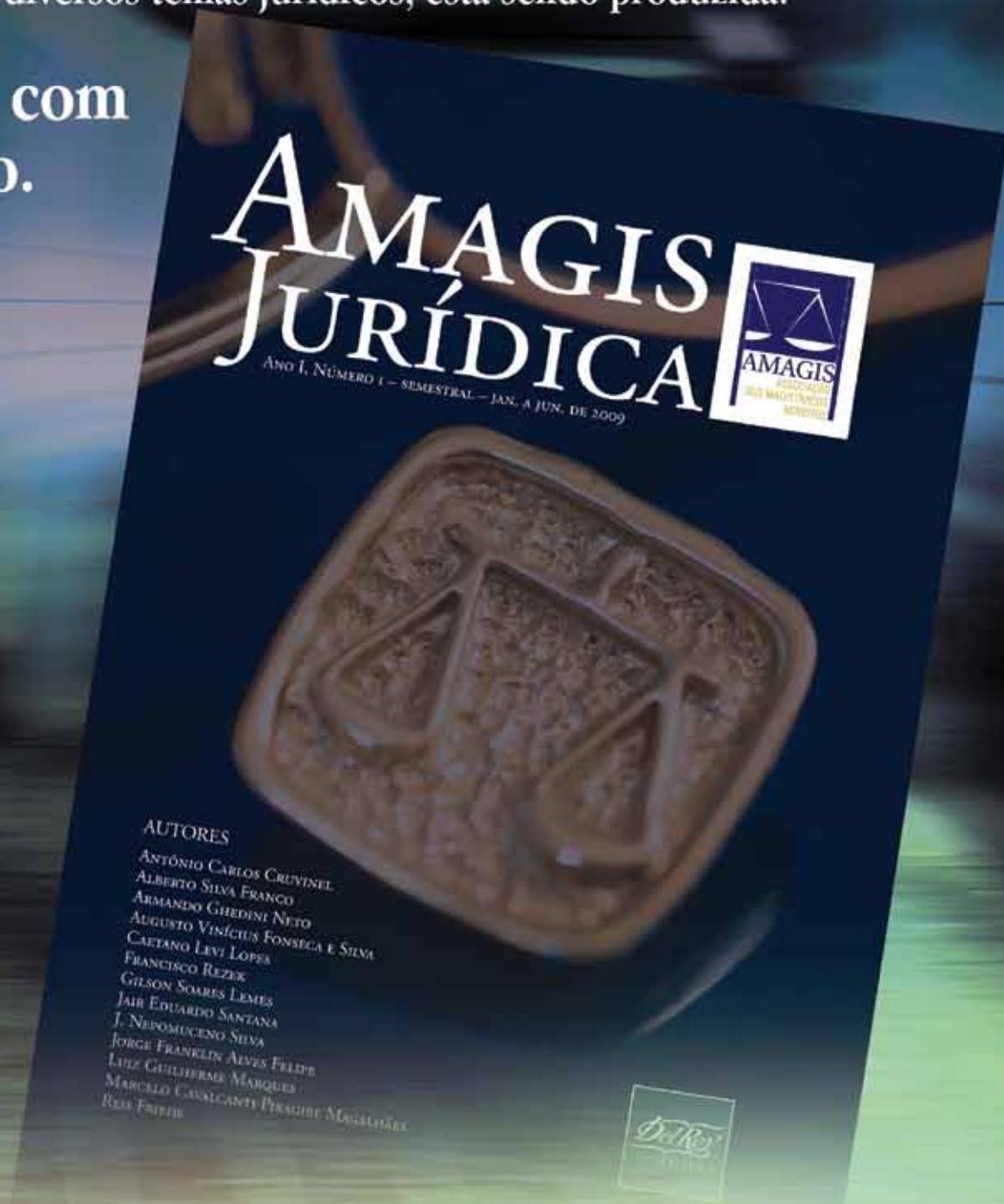


Juíza Marixa Fabiane Lopes presidiu o júri do caso Eliza Samudio

Compartilhe seus conhecimentos jurídicos

A Revista Amagis Jurídica, que reúne textos dos magistrados mineiros sobre diversos temas jurídicos, está sendo produzida.

Colabore com
seu artigo.



AUTORES
ANTÔNIO CARLOS CRUVINEL
ALBERTO SILVA FRANCO
ARMANDO GHEDINI NETO
AUGUSTO VINÍCIUS FONSECA E SILVA
CAETANO LEVI LOPES
FRANCISCO REZEK
GILSON SOARES LEMES
JAIR EDUARDO SANTANA
J. NEPOMUCENO SILVA
JORGE FRANKLIN ALVES FELDE
LUIZ GUILHERME MARQUES
MARCELO CAVALCANTI PERAZINI MULLER
RELLI FRIEHE

Para participar, os interessados devem enviar o texto na fonte Arial, corpo 12, espaço entre linhas de 1,5, no máximo 30 mil caracteres ou 20 laudas, incluindo capa, folha de rosto e bibliografia para o e-mail

imprensa@amagis.com.br

FUTEBOL

Campeonato regional será em Uberlândia

Roger Randerson / Creative Commons



Jogos serão realizados no Estádio João Havelange

Uberlândia, no Triângulo mineiro, será palco do Campeonato de Futebol Região Sudeste da AMB, sediado pela Amagis, durante os dias 24, 25 e 26 de abril. Todas as equipes da região sudeste, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, e das três categorias: Livre, Master e Sênior, participarão dos jogos que serão realizados no Parque do Sabiá (estádio João Havelange).

Segundo o juiz Glauco Soares Fernandes, diretor de Esportes da Amagis, o fato de os jogos serem realizados fora de Belo Horizonte gerou nas equipes participantes uma expectativa interessante de conhecer outra região de Minas Gerais e sua cultura. "A expectativa para o torneio é boa, os times estão empolgados em conhecer Uberlândia, e esperamos fazer uma boa recepção", disse.

Os jogos começam no próprio dia 24, depois do congresso técnico, com a realização das primeiras partidas a partir das 18h. Os jogos continuam no dia 25, e no dia 26 ocorrem as finais. As equipes que obtiverem o melhor resultado serão classificadas para jogar o Campeonato nacional, que irá acontecer no semestre que vem.

HOSPEDAGEM

A reserva para hospedagem das delegações pode ser feita nos hotéis San Diego Suítes Uberlândia, Executive Inn Uberlândia e Plaza Shopping Hotel, pela empresa WS Viagens e Turismo que possui bloqueios dos apartamentos até 24 de março, pelo telefone: (31) 3261-8080; falar com Francisco; ou pelo e-mail: francisco@wsviagens.com.br.

TURISMO

Conheça as atrações de mais quatro cidades-sede da Copa

Os jogos da Copa de Mundo de 2014 terão 12 cidades-sede no país. O evento também será uma oportunidade para os torcedores conhecerem um pouco mais do Brasil e de

suas atrações turísticas. Veja, abaixo, lugares que valem a pena conhecer das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Manaus.

RIO DE JANEIRO

A cidade é de intensa vida turística, que, além das belas praias e de lugares como o Corcovado e Pão de Açúcar, possui uma série de atrativos culturais e gastronômicos. Quem tiver interesse em sair da cidade pode se deslocar para a Região dos Lagos, como as cidades de Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios e Rio das Ostras, uma distância

de aproximadamente 180 quilômetros.

SÃO PAULO

A capital paulista é a maior cidade do país e possui intensa vida cultural, com shows, bares, teatros, museus, restaurantes e uma noite bem agitada. Quem quiser se refugiar na Serra da Mantiqueira pode se deslocar até a charmosa Campos do Jordão, a aproximadamente 170 quilômetros da capital. Outro destino

do interior do estado é a cidade de Aparecida, onde se encontram as Basílicas Velha e a Nova de Aparecida.

SALVADOR (BA)

A capital baiana é bastante rica em história, beleza, religião, festas, culinária, arte e música. O centro histórico pode ser um grande passeio para conhecer o Pelourinho, os sobrados, os ateliês, museus, bares, restaurantes e

igrejas. Para conhecer a Cidade Baixa, um passeio pelo Elevador Lacerda pode ser uma experiência turística, com uma vista panorâmica da Baía de Todos os Santos e do Mercado Modelo.

MANAUS (AM)

A cidade fica situada no maior bioma brasileiro, porta de entrada para a Floresta Amazônica. Encontra-se em Manaus o Teatro Ama-

zonas e boas amostras da selva, como o Bosque da Ciência e Museu da Amazônia, onde os visitantes podem ver árvores frondosas e conhecer mais sobre o ecossistema, ou o Zoológico do CIGS, com amostra da fauna amazônica. O visitante pode ainda tomar banho nas águas do Rio Negro, na revitalizada Praia da Ponta Negra. ●

Com informações do Guia 4 Rodas*

NO AR

Destaques dos programas de TV da Amagis em fevereiro

PENSAMENTO JURÍDICO



ENTREVISTA COM MINISTRO GILMAR MENDES

O Pensamento Jurídico fez entrevista exclusiva com o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), na ocasião em que ele esteve na sede da Associação para proferir palestra sobre os 25 anos da Constituição. Esse também é o tema do recém-lançado livro “Comentários à Constituição do Brasil”, do qual o ministro é um dos organizadores. No mesmo programa, outros entrevistados deram opinião sobre o tema: Existe tempo de validade para uma Constituição? Confira! (Foto)

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS

Das empresas que solicitaram a recuperação judicial no Brasil, apenas 1% teve sucesso. Desde que a nova lei foi criada, em fevereiro de 2005, cerca de 4 mil firmas recorreram à Justiça, mas só 45 voltaram a operar regularmente. No estúdio, recebemos o desembargador Moacyr Lobato de Campos Filho, da 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Por que é tão baixa a taxa de sucesso na recuperação judicial? Os empresários pedem a recuperação na hora certa ou não?

O JUDICIÁRIO E A PRODUÇÃO LITERÁRIA

O talento dos magistrados mineiros para escrever obras de natureza jurídica, científica e literária foi destaque no Pensamento Jurídico. O Tribunal de Justiça de Minas, por meio do Memorial do Judiciário (Mejud), desenvolveu projeto que tem o objetivo de resgatar e catalogar as publicações escritas por magistrados. Para falar deste assunto e da importância da literatura na vida dos magistrados, recebemos no estúdio o desembargador aposentado Aluizio Alberto da Cruz Quintão.

CIDADANIA PRISIONAL

Contribuir para a ressocialização, reduzir a superlotação prisional e reconhecer os direitos dos condenados. Esses são o foco do projeto Cidadania Prisional, vencedor do Prêmio Innovare 2013 na categoria juiz. Para falar sobre a iniciativa, recebemos no estúdio o autor do projeto, juiz Thiago Colnago Cabral, da Vara de Execuções Penais de Governador Valadares, no Leste de Minas Gerais. É possível garantir a cidadania dos condenados? A resposta, você confere no Pensamento Jurídico. ●

ASSISTA

TV Justiça
Sábado, às 18h30

TV Comunitária
Sábado, às 22h

VIA JUSTIÇA



SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA

Superlotação, rebeliões e mortes nos presídios pedem solução urgente. A violência no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, chocou o Brasil e teve repercussão mundial. Para debater o assunto, convidamos o juiz Guilherme de Azeredo Passos, da Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte, e o presidente da Comissão de Assuntos Penitenciários da OAB Anderson Marques. Por que a prevenção e a reabilitação do condenado chegaram ao ponto de descrédito? Como resolver a crise do sistema carcerário? (Foto)

LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Neste ano, o Senado vai discutir o anteprojeto de reforma da atual Lei de Execução Penal. Uma comissão de 16 juristas elaborou o documento que foi entregue para o presidente da casa, senador Renan Calheiros, no começo de dezembro de 2013. Para debater o assunto, convidamos o juiz Thiago Grazziane Gandra, da Vara de Execuções Criminais de Ipatinga, e Odilon Pereira, diretor do Instituto dos Advogados de Minas Gerais.

JUSTIÇA DESPORTIVA

No final do Campeonato Brasileiro de 2013, um imbróglio judicial envolvendo os times da Portuguesa e do Fluminense foi parar na Justiça comum. Na disputa, várias liminares já foram expedidas, no Rio e em São Paulo, favoráveis e contrárias às pretensões das duas equipes. Como entender essa batalha jurídica? Se existe a Justiça Desportiva, por que a questão foi parar na Justiça comum? Como é o funcionamento da Justiça Desportiva no Brasil?

PROPAGANDA ENGANOSA

Elas estão presentes em todos os meios de Comunicação, em especial na internet, por meio do comércio eletrônico. Para debater o assunto, convidamos a juíza Cláudia Helena Batista, do Juizado Especial das Relações de Consumo de Belo Horizonte, e a vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/MG Ana Carolina Caram. Como se defender com base no Código de Defesa do Consumidor? Em caso de publicidade enganosa, o que o consumidor tem direito a exigir? ●

ASSISTA

TV Assembleia
Sexta-Feira, às 23h

TV Justiça
Sábado, às 15h30

TV Comunitária
Sexta-Feira, às 23h30

RELIGIOSIDADE

Cidades históricas celebram a Semana Santa com tradição

As cidades históricas de Minas Gerais possuem uma tradição muito forte na celebração religiosa da Semana Santa. Cidades como Barbacena, Congonhas, Diamantina, Mariana, Ouro Preto, Sabará, São João del-Rei e Tiradentes são locais que conservam as tradições religiosas e são um dos principais destinos religiosos do Brasil.

Com o fim do Carnaval, iniciou-se, na Quarta-Feira de Cinzas, até o sábado que antecede o Domingo de Ramos, o Ciclo da Quaresma, um período que para os católicos pede-se recolhimento, reflexão, e penitência, na esperança de dias melhores.

Uma das manifestações culturais típicas do Ciclo da Quaresma são os rituais como a Encomendação das Almas, que acontecem nas cidades de Itapeverica, Carmo do Cajuru, Mariana, Santo Antônio da Ermida (Divinópolis), Januária e outros povoados do Vale do Rio São Francisco e do Rio Jequitinhonha, São João del-Rei.

Outra manifestação é a Charola de Nosso Senhor dos Passos, um cortejo com uma pequena imagem de Nosso Senhor dos Passos, comum no distrito de Piedade do Paraopeba (Brumadinho) e o distrito de Santo Antônio do Salto (Ouro Preto).

Visitar as cidades históricas nesta época é uma boa oportunidade para se envolver com a cultura religiosa podendo ainda admirar a rica decoração das igrejas e acompanhar a programação.

Os destaques da programação são: O Domingo de Ramos; a Quinta-feira Santa; Sexta-feira da Paixão; Sábado de Aleluia e o Domingo de Páscoa.

No Domingo de Ramos, os fiéis católicos celebram a Entrada Triunfal de Jesus em Jerusalém. As cerimônias religiosas incluem missas, sermões e procissões como a dos Ramos.

Na Quinta-feira Santa, as Igrejas celebram a Instituição da Eucaristia. Acontece a Missa Solene do Crisma, a Benção dos Santos Óleos, a benção do Óleo do Crisma; a benção do Óleo dos Catecúmenos e a benção do Óleo dos Enfermos.

A Sexta-feira da Paixão é um dia em que a Igreja Católica celebra a Paixão e Morte de Cristo, e os fiéis acompanham as cerimônias religiosas. Nesse dia, os fiéis vivenciam também manifestações folclóricas típicas herdadas dos portugueses.

No Sábado de Aleluia, a Igreja Católica celebra a Liturgia da Ressurreição, a Benção do Fogo e da Água, Procissão das Luzes, o Precônio Pascal, as Profecias e a Santa Missa da Vigília Pascal.

O Domingo de Páscoa é um dia em que se celebra a Ressurreição de Cristo, e os fiéis participam das cerimônias religiosas, conservando tradições como a decoração das ruas com tapetes feitos de serragem colorida, flores, pó de café e cal para passagem da Procissão de Páscoa. ●

Ana Cotta / Creative Commons



Encenação da Semana Santa em Ouro Preto

Saiba como é a celebração pelo interior do Estado

BARBACENA – Acontecem pregações, músicas e orações. Além das comemorações litúrgicas, também são realizadas os festejos próprios, peculiares de um povo, mantidos pela tradição e costume popular.

CONGONHAS – Além dos rituais religiosos, destaca-se o belo teatro bíblico que acontece no adro da Basílica de Bom Jesus de Matosinhos junto aos famosos profetas do mestre Aleijadinho. Tapetes decoram as ruas e janelas são ornamentadas para as procissões e queima de Judas.

DIAMANTINA – A Semana Santa é uma das festas religiosas mais tradicionais da cidade, com a encenação de quadros vivos que representam a vida de Jesus Cristo até a condenação à morte e a Ressurreição.

MARIANA – Você pode ver e acompanhar procissões, novenas e as festas dos padroeiros.

OURO PRETO – Considerada uma das mais tradicionais do País, a Semana Santa em Ouro Preto relembra a paixão de Cristo, proporcionando aos visitantes várias opções de atos religiosos. Um dos pontos altos é a confecção de tapetes artesanais e decorativos, normalmente feitos com serragem, borra de café, raspa de couro e cal branco, que são espalhados pelas ruas da cidade.

SABARÁ – É possível ver e acompanhar procissões, encenações ao vivo de passagens da vida de Cristo, Lavapés, Descendimento da Cruz, Via-Sacra da Penitência. No Domingo de Páscoa, as celebrações começam bem cedo e só terminam

após a mais extensa procissão, a do Enterro, que sai da Igreja São Francisco até a Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

SÃO JOÃO DEL-REI – Um dos momentos mais encantadores é o Descendimento da Cruz, realizado na Sexta-Feira Santa, na escadaria da Igreja de Nossa Senhora das Mercês. Em seguida, segue a Procissão do Enterro. Para encerrar, no Domingo da Ressurreição, é celebrada a missa solene.

TIRADENTES – A Semana Santa nesta cidade começa nove dias antes do Domingo de Ramos, com missas e via-sacra. Encerra-se no Domingo de Páscoa, com a Procissão do Santíssimo Sacramento pelas principais ruas do centro histórico. ●

Com informações de descubraminas.com

Não escreva apenas nos autos.

Os magistrados mineiros agora também
têm a sua revista de cultura e arte.

Só está faltando o seu texto.

comunicativo.com.br

MagisCultura

Mineira



Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

Setembro de 2009



Escreva também na sua revista.

O artigo, ensaio, conto,
poesia ou resenha de livro deve ter,
no máximo, 10 mil caracteres.

MagisCultura
Mineira

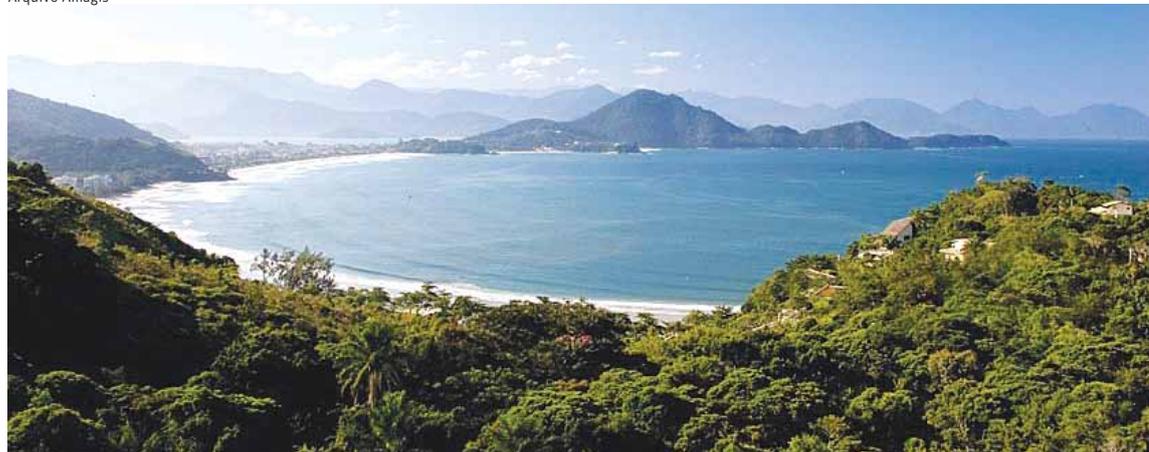
AMAGIS
ASSOCIAÇÃO
DOS MAGISTRADOS
MINEIROS
55 anos de história

Envie o texto para:
magiscultura@amagis.com.br

FÉRIAS DE JUNHO E JULHO

Estão abertas as inscrições para as colônias de férias da Amagis

Arquivo Amagis



Ubatuba é um dos destinos mais procurados pelas belas praias

Já estão abertas as inscrições para as colônias de férias da Amagis, até o dia 17 de abril, para a alta temporada de junho a julho de 2014 (período

de 2 de junho a 31 de julho). O sorteio ocorre no dia 25 de abril.

Devido à realização da Copa do Mundo, a diretoria da Amagis decidiu que o

mês de junho também será considerado alta temporada. Se o seu interesse é fugir dos eventos da Copa do Mundo, a época é uma boa oportunidade para

você e sua família irem para um lugar mais tranquilo, encontrando a paz necessária nas colônias de férias da Associação, seja em Nova Viçosa (BA),

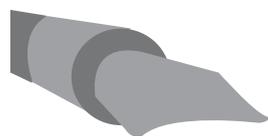
Cabo Frio (RJ), Ubatuba (SP), Caxambu (MG) ou Caldas Novas (GO).

Os associados interessados deverão se inscrever para uma única colônia de férias. No caso de Nova Viçosa, é necessário optar por casa ou apartamento, e, após o sorteio, os associados contemplados terão até cinco dias úteis para efetuar o pagamento referente à temporada sorteada.

Mais informações, falar com Cacia, do setor de Colônia de Férias da Amagis pelo telefone: (31) 3079-3459 – ou pelo e-mail: cacia@amagis.com.br.

PÓS-LITTERATURA

(Desembargador João Quintino Silva)



EM FÉRIAS

Não há nada mais gostoso
Do que viajar para o Rio
Com a FAMÍLIA VELOSO,
Num passeio a CABO FRIO.

Eu quis praia de aquarela
Para encher meu ser vazio.
Qualquer praia não é bela;
É bela a de CABO FRIO.

Fomos MARCOS e REGINA,

O garoto JOÃO GABRIEL,
DUDA, que é boa menina,
A VIVI, IRVALDA e EU.

CABO FRIO, que eu diviso
Com suas praias cambiantes,
É um perfeito Paraíso
Para as férias dos viandantes.

Espectáculo sem par,
Vi, entre um e outro escarcéu:

Barcos – gaivotas do mar;
Gaivotas – barcos do céu.

Areia fina e macia
Serve ao banhista, em geral,
Às caminhadas do dia
E ao namoro noturnal.

No lazer terreal e aquático,
Uma gente descontraída
Forma um ambiente simpático
A quem quer prazer na vida.

Os interessados em participar da Coluna Pós-Litteratura, sob responsabilidade do desembargador João Quintino, devem encaminhar e-mail para imprensa@amagis.com.br ou ligar para (31) 3079-3453. Participe!

INVESTIMENTO

Nuvens carregadas pairam sobre a economia brasileira

DESEMBARGADOR TARCÍSIO MARTINS COSTA

Na edição anterior – fevereiro de 2013 – publicamos um artigo nessa mesma coluna, sob o título “Como aplicar e ganhar com ações norte-americanas”. Naquele texto, apontamos as vantagens e facilidades de se aplicar nos chamados BDR’s - Brazilian Depositary Receipts – certificados de depósito emitidos e negociados no Brasil com lastro em ações de conhecidas companhias norte-americanas, entre outras: Google, J.P. Morgan, Exxon Mobil, Boeing, City Group e Pfizer. Enfatizamos tratar-se de uma boa opção oferecida por algumas instituições bancárias (Bradesco e Caixa Econômica Federal), visando a diversificação do portfólio do investidor.

Continuo apostando na aplicação, mormente diante da atual conjuntura da economia brasileira e da falta de perspectiva da Bolsa de Valores de São Paulo. O IBOVESPA acumulou, de 2011 até o ano passado, ou seja, nos três primeiros anos do atual governo, o pior desempenho desde os tempos de José Sarney. Vejamos o cenário para o ano vigente: queda do índice Bovespa de 8,57%, em 2014, apenas em dois meses, e de 1,14%, em fevereiro, resultado que, em grande parte, foi gerado pelas sucessivas medidas econômicas prudenciais, de efeito duvidoso; ameaça de rebaixamento da nota de crédito (now grade), pelas agências de classificação de risco - Moody’s e Fitch -, que já emitiram comunicado no mesmo tom, o que, se consumado, será um desastre para os ativos brasileiros; classificação do Brasil, pelo FED (Banco Central dos EUA), logo depois da Turquia, entre as economias mais frágeis dos países emergentes; cortes sucessivos dos estímulos à economia norte-americana com a perspectiva de aumento dos juros nos EUA; níveis críticos dos reservatórios das hidroelétricas do sudeste e centro-oeste (34,6% em 28 de fevereiro), comparáveis aos de 2001, ano do racionamento; os piores volumes das águas de chuvas apresentados, em janeiro e fevereiro, configurando o desempenho

Zuzkins - Creative Commons



mais fraco em seis décadas, a ameaçar a minguada produção industrial brasileira, além de exigir mais 9 bilhões para cobrir o rombo das termoeletricas; crescimento econômico pífilo previsto para 2014, com o PIB perdendo tração, começando o ano mais anêmico do que saiu em 2013, representando expressiva ameaça para nossas contas fiscais; dívida pública e privada, entre amortizações e juros, em US\$ 223,5 bilhões no corrente ano, equivalendo a 10,4% do PIB, segundo estimativa da agência Fitch; recuo do saldo de transações correntes com o exterior e diminuição da poupança interna, comprometendo o crescimento sustentado, estimando o próprio Banco Central que o déficit das contas externas alcance US\$ 75 bilhões este ano, havendo quem aposte em US\$ 100 bilhões no próximo ano; juros resvalando os 11% ao ano, e a inflação empacada em nível elevado (0,70% na primeira quinzena de fevereiro, segundo o IPCA-15, 8,7%, e anualizada, muito além do centro da meta); aperto fiscal de êxito duvidoso, em ano eleitoral, segundo os mais renomados analistas; desenfreada violência urbana e insegurança geral (black blocs, rolezinhos et caetera) e, finalmente, as tensões entre a Rússia e a Ucrânia, a gerar instabilidade nos mercados financeiros mun-

diais. Tudo isso somado, a tornar super arriscada as aplicações em ações no Brasil, no curto e médio prazo, embora consideradas baratas, no horizonte de três a cinco anos.

Lado outro, a economia norte-americana vem despontando como destaque no processo de retomada do crescimento global. As perspectivas são de que o crescimento seja duradouro nesse ciclo de expansão, o que gera uma potencial valorização dos ativos. Espera-se que a alta de suas bolsas, em 2014, pelo menos se aproxime da de 2013. Como enfatizei nesta mesma coluna, no mês passado, a aplicação em fundos lastreados em BDR’s, em outras palavras, em ações norte-americanas, constitui opção descomplicada e diversificadora. Sobre tudo, diante das nuvens carregadas que pairam sobre nossa economia, que, lamentavelmente, não prenunciam as benditas águas de março, que aumentarão o nível de nossos sedentos reservatórios, podendo evitar os famigerados apagões e a majoração das tarifas, além de afastar o rombo provocado pelas poluidoras termoeletricas. Ao contrário, sinalizam dificuldades econômicas insuperáveis. Nesse enredo, ou o governo promove mudanças macroeconômicas eficazes ou voltaremos a ser novamente apenas o país do Carnaval. ●

ERRATA: Na edição de fevereiro de 2014 do Jornal DECISÃO, nº 145, o artigo “Como aplicar e ganhar com ações norte-americanas” foi publicado sem o nome do autor. O texto foi escrito pelo desembargador Tarcísio Martins Costa, nosso colaborador da seção de economia.

POSTURA DEMOCRÁTICA

Conselho ratifica decisão da Assembleia da Amagis Saúde

A decisão democrática sobre as mudanças no plano de saúde da Amagis Saúde, aprovada durante Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 14 de fevereiro, foi ratificada, por unanimidade, pelo Conselho Gestor de Saúde, durante reunião no dia 19 do mesmo mês.

Agora, o Conselho tomará as providências necessárias de ajustamento e adequação junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Após esse processo, a Amagis Saúde divulgará as novas instruções, por meio do site da Amagis, para todos os associados sobre as medidas a serem adotadas.

Durante a reunião, representantes da Rodarte Consultoria expuseram aos conselheiros quais as providências para a regulamentação dos novos registros conforme decidido na assembleia, e quais orientações devem ser dadas aos usuários sobre prazos de adesão e valores de cada modalidade.

ASSEMBLEIA

A Assembleia Geral Extraordinária da Amagis Saúde reuniu um total de 470 magistrados mineiros, da capital e do interior de Minas, que participaram e votaram, presencial (125) e por procuração (345).

A maioria optou pela alternativa 1, que mantém a oferta do atual plano de saúde (área de abrangência geográfica estadual), com limitação dos atendimentos eletivos no Estado de Minas Gerais, e oferece migração facultativa, aos interessados e eventuais grupos familiares, para um novo produto, cuja área de abrangência será de Grupo de Estados (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). A Assembleia foi realizada no auditório da Amagis, em Belo Horizonte.

A iniciativa da diretoria da Amagis em promover o debate entre os associados para definir mudanças do plano de Saúde, de acordo com exigências da ANS, foi tomada ainda que a decisão pudesse ter sido aprovada somente pelo Conselho Gestor, conforme o Estatuto da Amagis. Por essa razão, a iniciativa foi aprovada pelos associados, que ressaltaram a postura democrática da Associação e a transparência na gestão. (Leia mais no site)

Na abertura da Assembleia, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, destacou o aspecto democrático da gestão ao buscar conhecer os anseios da magistratura e dar legitimidade às necessárias mudanças. ●

Tiago Parrela



Maurício Soares, Herbert Carneiro e Dídimo Inocêncio

Tiago Parrela



Apuração dos votos feita após os debates

Georgia Baçvaroff



Conselho Gestor de Saúde ratificou a posição da Assembleia

PARTICIPAÇÃO

Magistrados ressaltam iniciativa democrática da diretoria da Amagis

Exercício democrático. Foi essa a avaliação consensual dos magistrados da capital e do interior, ativos e inativos, sobre a atuação da diretoria da Amagis na assembleia geral extraordinária da Amagis Saúde, referente às mudanças da abrangência do Plano de Saúde, realizada no dia 14 de fevereiro.

A gestão participativa implementada pela diretoria da Associação foi outro ponto destacado pela classe, uma vez que todos os juizes e desembargadores puderam participar efetivamente da decisão sobre as alterações no plano de saúde. Veja a seguir a avaliação dos magistrados sobre a Assembleia. ●

Tiago Parrella

**Cerca de 500 magistrados votaram presencialmente ou por procuração**

“Meus cumprimentos ao ilustre e digno presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, pela sua conduta democrática na condução da assembleia sobre o plano de saúde a ser regularizado”

Juiz Aposentado Roberto Ladeira - Belo Horizonte

“Estive presente na assembleia e meu registro é no sentido de que a classe usufruiu de ampla liberdade para examinar as vantagens das alternativas apresentadas pela direção da Amagis, culminando em um debate respeitoso e rico que redundou em uma decisão democrática, a qual todos devemos respeitar”

Desembargador Luís Carlos Gambogi

“Merece meu aplauso a iniciativa da Presidência da Amagis em

escutar toda a magistratura para definição dos destinos do plano de saúde, pois demonstra o real interesse em bem atender aos associados quando estes a incitam a fim de uma tomada de posição coletiva, ainda que considerando tivesse o Conselho Gestor poderes para tomar essas mesmas decisões. Exercício da democracia na sua melhor formatação”

Juíza Aldina Soares, diretora de Comunicação da Amagis - Santa Luzia

“Achei a iniciativa da assembleia excelente, porque o presidente e o Conselho Gestor poderiam tomar a decisão sobre a mudança no plano de saúde sem consultar a classe. E o presidente, numa atitude democrática, como é do perfil dele, levou o assunto a todos os associados”

Juiz Antônio Carlos Parreira - Varginha

“Foi muito importante a abertura que a diretoria da Amagis deu para o debate. Uma iniciativa democrática do presidente e que demonstra que a força que ele tem vem de todos os magistrados do Estado. Herbert Carneiro se mostrou um líder nato e soube o exato momento de ter o apoio da classe. A nossa Associação está mais madura”

Juiz Marcelo Carlos Cândido - Governador Valadares

“A diretoria da Amagis realizou a Assembleia da forma mais democrática possível, deixando a decisão para toda a classe, com o objetivo de preservar tanto ela quanto a Amagis e o plano existente com sua possibilidade de ampliação. Foi uma iniciativa corretíssima, pautada na democracia, em

mais uma assembleia vitoriosa conduzida pelo presidente Herbert Carneiro”

Juiz Wagner Guerreiro - Uberaba

“Quero cumprimentar o presidente e a direção da Amagis pela forma de conduzir a atual gestão, não só da questão do plano de saúde como também as outras questões que nos têm atormentado. A assembleia propiciou o debate e, só depois de avaliarmos tecnicamente a situação, pudemos votar, demonstrando um processo democrático, de lisura e transparência, como tem marcado todas as atitudes do presidente Herbert”

Desembargador Evandro Lopes da Costa Teixeira

“A forma conduzida foi bem democrática, transparente e

com a possibilidade do contraditório entre os interessados. Prevaleceu a vontade da maioria, com pouca margem de diferença, e com respeito à divergência”

Desembargador Estevão Lucchesi

“Avalio que não ocorreu nada de anormal na forma de condução, transcorrendo tudo democraticamente, abrindo a possibilidade de manifestar de quem quisesse falar”

Desembargador aposentado Antônio Generoso

“Foi muito boa a forma como foi conduzida a assembleia, observando que o procedimento foi democrático, dando oportunidade a todos que quisessem falar e expressar a sua vontade”

Desembargador Jayme Silvestre Correa Camargo

“A Presidência conduziu muito bem a assembleia, dando oportunidade a todos de se manifestar com amplitudes de debate. Foi bem democrática e aberta”

Desembargador aposentado João Quintino Silva

“A iniciativa da Amagis em democratizar tema que ordinariamente não precisava sê-lo demonstra o espírito democrático e coletivo da atual gestão. Herbert tem se esmerado em abrir aos associados as discussões que interessam a todos e assim também legitimar as decisões, pois partiram da maioria. Está de parabéns por mais esta iniciativa. Independentemente do resultado, saio satisfeito pelo modo como conduziu tema tão delicado como é o de plano de saúde”

Juiz Marcelo Piragibe, Diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura – Juiz de Fora

“Não há vencidos e nem vencedores nessa consulta. Parabéns aos magistrados, na pessoa do presidente Herbert. Se houve um vencedor, foi a democracia interna”

Juiz Narciso Alvarenga Monteiro de Castro – Poços de Caldas

“Sempre elogiável a condução dos trabalhos nas assembleias pelo des. Dídimo Inocêncio, que merece os nossos agradecimentos. Mais uma vez, fortalece a nossa Associação e a atuação do nosso presidente des. Herbert. Traz a transparência daquele que não mede os esforços ao interesse dos as-

sociados, visa e busca sempre a melhor solução. A etapa é superada e merece registrar a atuação de todos da diretoria da Saúde, que, junto com a presidência, buscaram solução democrática. Parabéns”

Juíza Tereza Conceição Lopes de Azevedo - Poços de Caldas

“Parabéns ao presidente da Amagis, des. Herbert, pela lisura na condução dessa assembleia democrática”

Juíza aposentada Maria de Lourdes Martins de Souza Laender – Belo Horizonte

“Estive presente à assembleia geral e achei louvável a atitude da direção da Amagis em ter convocado os magistrados e fazer com que fôssemos ouvidos, uma vez que a decisão poderia ter sido tomada sem necessidade de convocação da assembleia, conforme prevê o Estatuto. Foi um processo excelente e demonstra a visão democrática da presidência da nossa Associação. Acho que mais magistrados poderiam ter participado, seja por procuração ou presencialmente. O Plano de Saúde é a menina dos olhos da magistratura mineira”

Desembargadora Heloisa Combat

“A realização da assembleia foi muito importante e fez com que o próprio associado decidisse e exercesse sua opção. Isso é um processo democrático. Quero parabenizar a atual diretoria da Amagis, não só pela realização da assembleia, mas porque, a meu ver,

está conduzindo todos os setores muito bem”

Juiz aposentado Francisco Fernandes Cunha - Belo Horizonte

“Eu acompanhei a assembleia pelo site da Amagis e achei a possibilidade de transmissão muito positiva, porque torna possível o acompanhamento dos acontecimentos e do que ocorre de interesse na magistratura. Venceu a vontade da maioria, como deve ser. E a iniciativa da Amagis, em optar pelo caminho democrático, é louvável”

Juiz Armando Barreto Marra - São João del-Rei

“Particpei da assembleia e achei uma atitude bem democrática e transparente. As questões foram muito bem colocadas, inclusive antes da assembleia, quando as opções foram disponibilizadas no site da Amagis. Possibilitar essa participação de todos os magistrados foi uma posição interessante da atual diretoria da Associação”

Juíza Andréa Mol Bessa – Belo Horizonte

“Parabenizo a iniciativa do presidente da Amagis, que foi plausível e democrática, nessa atitude de ouvir a classe e conhecer qual é o posicionamento dos colegas. Estou de pleno acordo com a iniciativa do presidente”

Juiz aposentado Luiz Beltrão dos Santos - Belo Horizonte

“Gostaria de enaltecer a iniciativa do presidente da Amagis na tentativa de democratizar a escolha da migração

compulsória ou facultativa do plano de saúde, que, independentemente do resultado, só fortaleceu a classe, que só teve a ganhar”

Juíza Marcela Oliveira Decat de Moura – Belo Horizonte

“Foi essencialmente democrática a postura do presidente Herbert Carneiro em convocar a matéria para um debate com o objetivo de tomar a melhor solução possível. Nós vivemos em uma pluralidade e é preciso aprender a respeitar o semelhante. A iniciativa do desembargador Herbert Carneiro foi altamente prudente e sábia”

Juiz aposentado Roberto de Freitas Messano - Belo Horizonte

“Ainda que tenha defendido e trabalhado fortemente por uma das alternativas, vou respeitar os resultados em nome de um processo democrático e transparente e da unidade da magistratura mineira”

Juiz Carlos Alberto Pereira da Silva – Poços de Caldas

“Foi mais uma demonstração democrática do presidente Herbert, conferindo transparência a uma decisão tão importante quanto essa, consultando, por meio da assembleia, a opinião de todos os associados”

Juiz Dalton Soares Negrão, membro do Conselho Gestor de Saúde - Divinópolis

“A assembleia transcorreu em clima civilizado e politicamente maduro. Parabenizo os colegas

do Conselho Gestor e nosso vice-presidente de Saúde, Maurício Soares. Especial menção ao presidente, Herbert Carneiro, pelo dinamismo e pela condução dos trabalhos”

Juiz Bruno Terra, ex-presidente da Amagis e ex-vice-presidente de Amagis

“As questões colocadas para debate foram previamente discutidas no âmbito técnico. A opção política que seria, em princípio, do Conselho Gestor foi submetida a uma consulta à classe por um impulso de natureza democrática e consultiva para demonstrar aos magistrados a importância do plano e convocá-los para participar da responsabilidade do ato de decidir a respeito. A iniciativa da consulta é atribuída à Presidência da Amagis e é elogiável porque democratiza a participação”

Desembargador Tiago Pinto, ex-vice-presidente da Saúde e atual vice-presidente Sociocultural-Esportivo

“Por uma iniciativa democrática do presidente, a diretoria entendeu que deveria levar a decisão sobre a abrangência do Amagis Saúde para a assembleia. Essa postura demonstra a importância dada à participação de todos associados nas decisões importantes da classe”

Desembargador Edison Feital, diretor da Amagis Saúde

“A magistratura deu mais um exemplo de democracia. Parabéns”

Juiz Lauro Sérgio Leal – Betim

ASSEMBLEIA

Gestão itinerante mobiliza magistrados de todo Estado

Com o objetivo de ampliar a participação de toda a magistratura nas decisões sobre o futuro do plano de saúde, a diretoria da Amagis, por meio da gestão itinerante esteve, em fevereiro, no Triângulo Mineiro, Norte de Minas e na região Leste, para debater sobre a pauta da assembleia geral extraordinária da Amagis Saúde, realizada no dia 14 de fevereiro, além de se reunir com os juizes de Belo Horizonte no Fórum Lafayette. Em janeiro, nos dias 24 e 30, o presidente Herbert Carneiro e a diretoria estiveram, respectivamente, nas Comarcas de Poços de Caldas, no Sul de Minas, e em Juiz de Fora, na Zona da Mata.

No dia 7 de fevereiro, a diretoria da Associação se desdobrou. O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, acompanhado do diretor da Amagis Saúde, Edison Feital, se reuniu com os juizes da região Leste, em Governador Valadares, e o ex-presidente Bruno Terra se encontrou com magistrados do Norte de Minas, em Montes Claros. Em todos os encontros, foi tratada a ampliação do atendimento médico-hospitalar fora de Minas Gerais.

No dia 10, o vice-presidente de Saúde da Amagis, juiz Maurício Soares, e o vice-presidente Sociocultura-Esportivo, desembargador Tiago Pinto, estiveram com os juizes do Triângulo Mineiro, na Comarca de Uberlândia, para conversar sobre o mesmo tema. E de



Presidente da Amagis, com juizes do Vale do Rio Doce



Maurício Soares e Tiago Pinto com juizes do Triângulo

Adriano Boaventura



Diretoria reunida com juizes no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte

volta a Belo Horizonte, o presidente Herbert Carneiro reuniu-se, no dia 12 de fevereiro, no Fórum Lafayette, acom-

panhado do desembargador Edison Feital e do juiz Maurício Soares. As reuniões regionais cumpriram importante

papel de esclarecimento e de envolvimento dos magistrados em um tema prioritário para a classe. ●

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel
Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juizes da Capital
Maria Luiza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juizes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noelho Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação:
Juizas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Bacvaroff - Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey